



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

# Famílias são obrigadas a desocupar Porto da Barra

■ Em virtude das ocupações irregulares em áreas de proteção ambiental na Barra dos Coqueiros, na Grande Aracaju, o **Ministério Público** ordenou - por intermédio da juíza Telma Maria Santos, da 1ª Vara Federal - a desocupação do Porto, no Povoado Jatobá.

Segundo a decisão judicial, serão demolidos, primeiramente, os imóveis vazios ou abandonados. Atualmente, há aproximadamente 26 barracos na região. Porém, apenas seis famílias possuem moradia efetiva, buscando no mar a sobrevivência, através da pesca.

Preocupados com o rumo que a vida poderá tomar, aqueles que vivem no Porto não aprovam a decisão. "Isso não tem nada a ver com meio ambiente. É só fachada. Eles vão dar qualquer coisa para a gente e, daqui a pouco, quando ninguém mais se lembrar, vão construir um desses prédios chiques aqui", acredita um morador que não quis se identificar.

O medo de ficar sem ter onde morar também assombra as famílias que ocuparam a área. Mas, segundo Edson Aparecido, presidente da Comissão de Fiscalização das Áreas de Proteção Ambiental, essas famílias serão inseridas

A área ocupada pelas famílias é na praia, região de restinga e de preservação ambiental

imediatamente em programas sociais.

"Com a desapropriação, o Governo e a Prefeitura serão responsáveis por prestar assistência às famílias, a fim de diminuir o impacto sofrido pela desocupação, além de possibilitar melho-

res condições de trabalho para os pescadores", ressaltou Edson.

Para ele, é muito importante que a população e os órgãos públicos entendam a importância da comissão, que foi criada para evitar que essas e outras áreas

sofram com apropriações irregulares. "A área ocupada pelas famílias é na praia, região de restinga e de preservação ambiental. Com a desocupação, a tendência é que a ordem da natureza tome seu espaço novamente", destacou o presidente.

## POLUIÇÃO

Já a população do Povoado Jatobá - que vive em locais permitidos próximos à área do Porto - reclama contra a poluição, principalmente do coque, um resíduo de cor escura que causa alergia e irritação. Eles pedem que os órgãos públicos fiscalizem e atuem na contenção da poluição proveniente da queima do carvão, que dá origem ao coque.

O motorista Wellington Ferreira afirma que vem sofrendo com as consequências desse problema há alguns anos. Ele defende que o melhor para o meio ambiente e para a sociedade seria o fechamento do Porto. "Por mim, esse Porto fechava. Depois que chegou aqui e começou essa nuvem de coque, comecei a ter vários problemas respiratórios. Uma coisa dessa não pode fazer bem para o meio ambiente", reclama.

Já o comerciante Witon da Silva é menos radical e defende a permanência do Porto, mas exige ações eficazes das entidades fiscalizadoras do meio ambiente. "Eu tenho meu negócio desde antes da abertura do Porto. Claro que o coque não é bom, fica impregnado nas paredes e acaba cobrindo boa parte da mercadoria. Mas sem o Porto o movimento ia cair bastante. É preciso que as autoridades tomem uma atitude", afirma. ■